

Clipping Diário

TJPI



29.11.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	29.11.2018	-	-

EFEITO CASCATA

Reajuste causará impacto de R\$ 9 milhões no Piauí

O impacto pode ser ainda maior, já que alguns salários serão reajustados automaticamente

Breno Cavalcante
PortalODIA.com

Biá Bookari
Editora

O aumento salarial que elevou em 16,3% os vencimentos dos ministros do Superior Tribunal Federal (STF) também terá repercussão no judiciário dos Estados, já que serve como parâmetro para

estes. Em entrevista à imprensa local, o desembargador Erivan Lopes, presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), explica, que o incremento nas despesas da instituição para 2019 será de aproximadamente R\$ 9 milhões. "Mas isso perfeitamente absorvível pelo orçamento do Tribunal", afirma.

Como o salário dos ministros do STF são uma espécie de balizador para outras esferas do Judiciário, o impacto pode ser ainda maior, já que juízes, desembargadores, defensores públicos, procuradores do Ministério Público Estadual e demais carreiras terão seus vencimentos reajustados automaticamente com a decisão.

Nas negociações entre o STF e o Executivo Federal para aprovação do novo reajuste, acertou-se o fim do auxílio moradia para juízes. O desembargador do TJ-PI esclarece que isso se tratou de uma tentativa do próprio Judiciário em conseguir uma reposição salarial que abarcasse uma reposição da inflação. Ele anunciou que na próxima semana colocará em pauta no plenário do Tribunal, o aumento para os desembargadores da corte e extinção do subsídio.

"A magistratura brasileira vinha sendo sacrificada, porque estamos há anos sem a reposição da inflação. A magistratura é um poder, não menor que os outros. Ela contornou essa

dificuldade encontrada com o Legislativo e com o Executivo em não rever o valor dos subsídios, com a implementação do auxílio moradia. Creio eu que com a sanção da lei que reparou esse equívoco histórico, e não há mais razão da existência do auxílio moradia", comenta Erivan.

Segundo a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, o efeito cascata provocado pelo novo reajuste salarial dado aos ministros do STF causará um impacto de pelo menos R\$ 5,3 bilhões anuais no orçamento da União, ficando a maior parte disso para os Estados, que serão impactados em quase R\$ 3,6 bilhões, no mínimo.



O desembargador Erivan Lopes colocará em pauta o aumento para os desembargadores da corte

Assis Fernandes/ODIA



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	29.11.2018	-	-

Reajuste de juízes terá impacto de R\$ 9 milhões no Piauí

O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Erivan Lopes, colocará em pauta o aumento salarial para os magistrados do estado. O aumento, reflexo do reajuste dado aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), causará um impacto de aproximadamente R\$ 9 milhões no orçamento do Judiciário, o que, segundo Erivan, é "perfeitamente absorvível". PÁG. 02

Assis Fernandes/ODIA



Desembargador Erivan Lopes volta a anunciar mais uma data para concluir concurso de cartórios.

Cartórios

Ontem, o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí Erivan Lopes anunciou que até fevereiro irá homologar o concurso de cartórios, que já fará aniversário de seis anos.

Erivan é bom de promessa. Já fez outras e, a penúltima, foi de que até dezembro, encerraria o concurso.

Ainda dá tempo para que ocorra na sua gestão.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	29.11.2018	-	-

"Até fevereiro nós iremos homologar o concurso dos cartórios e encerrar essa novela", diz presidente do TJ

Depois de cinco anos do primeiro concurso público para Outorga de Delegação de Serviços Notariais e Registrais do Estado do Piauí (concurso dos cartórios), realizado em 2013, o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), desembargador Erivan Lopes, informou que o certame finalmente será homologado.

Em entrevista ao programa Notícia da Manhã (TV Cidade Verde), o desembargador Erivan Lopes declarou que até fevereiro de 2019 o certame deverá ser homologado.

"Enfim estamos resolvendo a novela do concursos dos cartórios. O tribunal julgou o Mandado de Segurança, fixou os critérios de pontuação dos títulos que era isso que emperrava o concurso e nós já oficiamos a CESPE que é responsável pelo concurso que já mandou um cronograma de finalização do concurso para que o Tribunal possa homologar. Acredito que até fevereiro, no máximo, nós estamos homologando o concurso e encerrando essa novela", explica o presidente do TJ-PI.

O certame teve 1.756 inscritos que disputaram 292 unidades extrajudiciais do tribunal. Uma das barreiras que impedia a homologação do concurso dos cartórios era a entrega de títulos que teve a data alterada pela comissão responsável pelo certame.

Ainda na entrevista, o desembargador Erivan Lopes descartou a possibilidade da realização de novos concursos públicos no próximo ano.

"Não precisamos realizar concurso. Primeiro porque temos um concurso de juiz em vigor e estamos com todas as unidades judiciárias providas. Servidores, estamos com um concurso em vigor. Não temos todo o quadro de servidores que desejamos e precisamos no interior, mas se houver disponibilidade financeira para nomeação de novos, nós temos um concurso em vigor com validade de quase dois anos que podem ser convocados", finaliza Erivan Lopes.





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde	29.11.2018	-	-

Presidente do TJ-PI fala sobre orçamento e nova sede do Judiciário.

O desembargador Erivan Lopes, presidente do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), concedeu entrevista no Acorda Piauí desta quarta-feira (28). O magistrado falou dos desafios para 2019, com a previsão orçamentária menor do que o esperado, e as obras da nova sede do TJ, que sairá do centro administrativo e passará a ocupar novo espaço na zona Sudeste de Teresina.





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
R 10	29.11.2018	-	-

PROPOSTA DE LEI DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA É APRESENTADA

Foi apresentada, durante a manhã desta quarta, na sede do Núcleo de Regularização Fundiária do Piauí, a proposta de uma nova lei de regularização fundiária. A minuta foi elaborada pelo conjunto de representantes das diversas instituições governamentais e movimentos sociais relacionadas à questão agrária no Estado participantes do Conselho Consultivo do Núcleo, dentre eles, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública do Estado do Piauí, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí e o Instituto de Terras do Interpi (Interpi).

A proposta da nova lei elaborada pelo Núcleo é o aprimoramento da lei 6.709, em vigor desde 2015 e que já é considerada como inovadora. O consultor da Corregedoria Geral de Justiça Estado do Piauí, Richard Torsiano, explicou que o grupo de estudo debateu seriamente sobre a necessidade de elaboração de uma nova lei, preferindo aprimorar a existente, sem extingui-la, aproveitando-se seus elementos positivos e incorporando-se novos elementos pertinentes que deverão servir para nortear e orientar a política fundiária do Estado.

O consultor avalia que todo o trabalho de estudo legal, o diálogo e o estabelecimento de parcerias e diretrizes sobre o assunto que vem sendo implementados pioneiramente no Piauí colocarão o Estado com um case nacional, como o primeiro no Brasil a construir uma política fundiária digna de garantir e fortalecer a governança fundiária.

Herbert Buenos Aires, diretor-geral do Interpi, também considera avanço e que o trabalho do Núcleo, das entidades e organismos participantes, é fundamental para que o Estado continue avançando. Ele avalia que o Interpi, como responsável pela regularização fundiária no Estado, tem melhorado bastante, dinamizando e sistematizando suas atividades, investindo em suas estruturas e equipamentos e desenvolvendo parcerias e relacionamentos com organismos como o Tribunal de Justiça, a Vara Agrária de Bom Jesus, a Ordem dos Advogados do Piauí e a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, dentre outras.

Durante o evento de apresentação da minuta da nova lei de regularização fundiária, o diretor dedicou um momento para fazer um reconhecimento público ao importante trabalho desenvolvido pelo juiz Heliomar Rios à frente da Vara Agrária de Bom Jesus e também um importante colaborador para a criação da Lei 6.709. Herbert Buenos Aires destacou que o compromisso, esforço e atuação dedicada do magistrado foram imprescindíveis para o fortalecimento da segurança fundiária no Piauí.

Com a apresentação da minuta da lei, a próxima etapa será a realização de diversas reuniões e debates com os órgãos integrantes e representantes da sociedade civil organizada para debate e enriquecimento da proposta, que deverá ser entregue ao Governador e encaminhada para votação no Poder Legislativo.